



Estado e Educação no Brasil: o Caso do Ensino de Turismo¹

Ada de Freitas Maneti Dencker²

Universidade Anhembi Morumbi

Resumo

Os cursos de turismo surgiram na década de 1970, com o objetivo de formar mão de obra para o desenvolvimento do setor. Acompanhando os movimentos de mudança por que passou a educação no país, a formação em turismo chegou ao ano de 1996, quando da promulgação da LDB96 como uma das áreas mais procuradas pelos egressos dos cursos médios. Após 2002, o ensino superior passa por uma nova fase que associa a queda na demanda a uma ausência de regras claras em decorrência de nova proposta de reforma universitária encaminhada pelo ministro Tarso Genro. Essa falta de regras resultou na possibilidade de aquisição do controle, por parte de uma instituição educativa internacional, do mais tradicional curso de turismo do país, dando início a uma fase de ensino globalizado para o setor em nosso país.

Palavras-chave: Turismo; Ensino Superior; Reforma universitária; Globalização da educação; Estado e educação.

Introdução

Nascidos após a reforma universitária de 1968, promovida pelo Regime Militar, os cursos de turismo surgiram em sintonia com o projeto desenvolvimentista de então, assumindo um perfil profissionalizante visando a formação de mão de obra que daria suporte ao setor. Em uma política pública que promovia a democratização do ensino superior por meio de sua privatização, a grande maioria dos cursos surgiu vinculada a faculdades e institutos isolados, que passaram a atender a demanda de ensino superior por parte da classe média. Em sua maioria, os cursos foram criados nos mesmos departamentos das novas escolas de comunicação, subordinadas ao que hoje se denomina grande área das Ciências Socialmente Aplicáveis. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, foram estabelecidos novos critérios, passando o Ministério da Educação a supervisionar diretamente a qualidade dos cursos superiores por meio da SeSu-MEC³, criando Comissões de Avaliação formadas por professores que constituíam um corpo de consultores *ad-hoc*, responsáveis por autorizar o funcionamento de novos cursos e reconhecer os já existentes.

¹ Trabalho apresentado ao NP Comunicação, Turismo e Hospitalidade, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom – Brasília, 6 a 9 de setembro de 2006.

² Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Socióloga pela PUC/SP. Professora do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. Endereço eletrônico: adadencker@anhembi.br

³ Superintendência do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura.

Após 2002, o ensino superior passa por uma nova fase que podemos considerar de anomia, na medida em que o governo não consolida uma nova reforma universitária e interfere no funcionamento das instituições por meio de medidas provisórias. Os cursos de turismo passam por uma crise de identidade, na medida em que são avaliados por comissões, ora constituídas por comitês de Comunicação, ora por Comitês de Administração, impedindo que se forme uma diretriz clara que venha a possibilitar o avanço do setor por meio do investimento em pesquisas, uma vez que as instituições particulares, que são a maioria, não se sentem seguras no direcionamento que devem dar ao financiamento de suas pesquisas, pois dependem da avaliação do setor público para que possam prosseguir ofertando os cursos. Paralelamente, a falta de regulamentação possibilita a formação de redes universitárias internacionais formadas pela compra do controle de universidades privadas brasileiras por universidades estrangeiras, uma vez que a legislação que deveria regulamentar essas parcerias ainda não foi aprovada no Congresso Nacional.

Ensino superior no Brasil

O processo de desenvolvimento das universidades no Brasil apresenta uma defasagem em relação ao restante do mundo ocidental, inclusive se tomarmos como parâmetro apenas a América Latina, onde a Universidade do México foi fundada em 1551 e as Universidades de Santo Domingo e de Lima em 1598..

No Brasil, os primeiros cursos datam de 1808 com a vinda da família real portuguesa ao país e, segundo o prof. Paulo Nathanael Pereira de Souza (1997), o modelo aqui implementado baseou-se em institutos isolados com perfil profissionalizante, para atender à aristocracia colonial impedida de freqüentar os cursos superiores da Europa. Embora em 1908 tenha-se chegado a criar a Universidade Livre de Manaus e, em 1912, a Universidade do Paraná, apenas em 1920 foi criada de fato a primeira universidade brasileira – a Universidade do Rio de Janeiro – resultado da fusão de três escolas. Na seqüência, incorporando outras escolas, surge, em 1931, a Universidade do Brasil. Observa-se que a criação da universidade parte de uma ação de agregação de institutos isolados e não de integração. A ligação entre as diferentes unidades era feita pela cúpula, sendo que o único traço comum entre os cursos era a reitoria (DENCKER, 2002).

A Universidade de São Paulo, criada em 1934, altera essa tendência apresentando a proposta de um tronco comum básico, a Faculdade de Filosofia, “a partir do qual se alongariam os diversos galhos dos cursos profissionalizantes” (SOUZA, 1997, p. 24). O aluno primeiro

ingressaria na Universidade para depois optar pela área profissional específica. A USP não conseguiu realizar este projeto integralmente e a Faculdade de Filosofia tornou-se um instituto profissionalizante encarregado da formação de docentes (SOUZA, 1997, p. 25). Esta situação permaneceu durante um longo período, sofrendo alterações significativas somente após o final da Segunda Guerra Mundial com a mudança do equilíbrio internacional de poder.

Segundo Melo (1979), entre 1950 e 1960 o ensino superior se orientava para: preparar pessoal técnico qualificado para as empresas, absorver a classe média que ansiava por ascensão social, e despolitizar a universidade de modo a manter o controle, tanto da educação quanto da sociedade. Soma-se a isso a falta de investimento no setor por parte do Estado e a transferência da responsabilidade para instituições particulares de ensino. Entre as décadas de 1960 e 1970, em texto publicado no Brasil em 1979, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron observam que o foco da educação passou a ser operacional, situando o ensino no processo de desenvolvimento econômico. Assim, o ensino ideal deveria ser capaz de oferecer o melhor ensino pelo menor custo, além de ser capaz de diplomar o maior número possível de alunos no menor tempo. Buscava-se a formação de especialista para o desempenho de tarefas específicas, entendendo-se a demanda por ensino como subordinada às necessidades do mercado de trabalho.

As primeiras diretrizes e bases da educação nacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei nº 4.024, de 20/12/61), primeira lei geral sobre a educação nacional, regulamentou apenas os aspectos administrativos e rotineiros da universidade, gerando de imediato reações e movimentos favoráveis a uma Reforma Universitária, que veio por meio da Lei 5.540/1968 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior – aprovada em 20 de novembro de 1968, pelo regime militar, dentro da tendência anterior de ensino profissionalizante, adotando-se o modelo de currículos mínimos, sendo mantido e ampliado o incentivo para a entrada no mercado da educação das instituições particulares de ensino superior. Com essas medidas, o ensino privado passou a ser responsável por cerca de 80% do total de vagas no ensino superior. A situação política do país à época impediu que se formassem verdadeiras comunidades de aprendizado e pesquisa, em função de medidas arbitrárias e da situação de desconfiança que passou a reinar no ambiente universitário após a implantação da LDB 68. Neste período, a universidade brasileira se afastou do modelo europeu que, em 1968, passou por uma crise profunda que originou uma série de movimentos estudantis de caráter reivindicatório, os quais eram incompatíveis com a

situação política aqui vigente. Justamente nesse período, o Regime Militar entrou em sua pior fase de agressão aos direitos e liberdades constitucionais, e promulgou o AI-5 (Ato Institucional número 5) que consolidou definitivamente o caráter de ditadura do Regime Militar.

Em análise realizada sobre a democratização do ensino promovida pelo regime militar, Florestan Fernandes, 1975, p. 38, considera que a simples ampliação do número de matrículas, embora significativa no período, não alterou a situação do nosso ensino superior, que continuou a se mostrar ultra-elitista. Para o autor, não era possível corrigir esse problema no curto prazo, especialmente por meio da privatização, e a consequência previsível seria uma degradação progressiva do ensino superior nos anos seguintes.

Os cursos de turismo

Os primeiros cursos de turismo surgiram no Brasil na década de 1970, na cidade de São Paulo, onde a Universidade Anhembi Morumbi foi pioneira, efetuando o lançamento de um curso de nível superior, formatado nos moldes do ensino técnico europeu, com base em projeto elaborado por Domingo Hernandez Peña. De acordo com as fontes consultadas, o Brasil foi um dos primeiros países a oferecer cursos de turismo de nível superior (MATIAS, 2002, RODRIGUES, 2005).

A origem dos cursos de turismo estava em sintonia com o projeto do regime militar, que considerava o turismo como um setor capaz de contribuir para o desenvolvimento do país. Segundo Barreto, 2004, p. 52 “havia uma conjuntura política de ditadura militar, voltada para e economia de mercado e com ideologia desenvolvimentista”.

Isso fez com que o curso de turismo adquirisse uma certa autonomia, surgindo como um curso independente, sem haver uma definição clara da área a que se encontrava vinculado. Como os cursos de comunicação datam do mesmo período, e surgiram em função dos mesmos fatores que pressionavam a oferta de curso de turismo, ou seja, a necessidade de formação de mão de obra para um setor emergente, isso facilitou o aparecimento de cursos de turismo nos mesmos departamentos dos cursos de comunicação. Essa é uma primeira diferença que podemos assinalar em relação aos cursos existentes em outros países, que surgiram como extensão de cursos já existentes, como é o caso da Geografia e da Administração. Outra característica dos cursos brasileiros é que a oferta se concentra em instituições privadas de ensino, outro setor incentivado pelo regime militar, que promoveu a democratização do ensino por meio da privatização, possibilitando o acesso ao ensino superior aos oriundos da classe média

emergente. “Os alunos estavam à procura de uma nova opção, uma nova oportunidade de mercado”(RODRIGUES, 2005, p. 86).

Passando a existir pelo “parecer n. 35/71, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), elaborado pelo relator Conselheiro Roberto Siqueira Campos e aprovado em 28/01/71”. (MATIAS, 2002, p. 3), a independência do curso foi questionada desde a sua criação, havendo gestões para que fosse agregado a áreas de ensino já consolidadas. Em função de uma falta de definição ou regulamentação clara a esse respeito, o turismo prosseguiu com relativa independência associado a diferentes campos de conhecimento, como Ciências Sociais, Geografia, Comunicação, Educação Física, Engenharia, Arquitetura e Administração. Nascimento, 2002, observa que a primeira oferta de curso em uma escola pública foi a da Escola de Comunicação e Artes da USP que, em 1973, passou a oferecer o turismo como currículo opcional aos alunos do curso de comunicação. A essa falta de identidade inicial, somou-se a dificuldade de encontrar professores que pudessem atuar nos cursos, uma vez que não havia tradição de ensino na área. Em seu relato da criação do primeiro curso de turismo, o Prof. Gabriel Mário Rodrigues menciona a dificuldade de encontrar docentes que pudessem assumir as diferentes disciplinas elencadas para a grade curricular (RODRIGUES, 2005)

Analisando a trajetória dos cursos de turismo em São Paulo, Margoni, 2006, ressalta que, em virtude de ser uma iniciativa pioneira, a questão da especialização do corpo docente em conteúdos adaptados às demandas do ensino de turismo mostrou-se problemática. Outro fator não mencionado pela autora, mas que julgamos relevante, era a inexistência de um setor de turismo funcionando de forma autônoma, o que poderia criar o interesse por parte das demais áreas do conhecimento na análise da atuação do setor. Para agravar o problema, a oferta de um curso novo, diferente, atraiu o interesse de outras instituições de ensino, que passaram a ofertar novos cursos, ampliando a oferta, o que acentuou a carência já existente de professores habilitados. Ainda, de acordo com Margoni, 2006, essa carência de professores habilitados para suprir a demanda dos cursos de turismo é um fator que ainda permanece, pois em entrevistas realizadas pela pesquisadora com coordenadores de cursos de turismo de São Paulo em 2005, foi indicado que esse é um dos fatores que impedem o desenvolvimento adequado da área, pois, segundo os entrevistados, ainda hoje existem muitos professores não conseguem adaptar adequadamente seus conteúdos às demandas do turismo.

Matias, 2002, p. 5 assinala que, após uma intensa procura, quando da criação, os cursos de turismo passaram a apresentar uma queda na procura a partir de 1976, o que é explicado pela autora como sendo decorrente de fatores conjunturais que atingiram todo o ensino superior e não apenas os cursos de turismo. Na década de 1980, os cursos tentaram uma re-adequação

procurando uma aproximação com a área de Administração (MATIAS, 2002; NASCIMENTO, 2002) em duas tentativas mal sucedidas, permanecendo em um nível estável de demanda, o que permitiu uma consolidação dos cursos tradicionais, como os da Faculdade Anhembi Morumbi de São Paulo, que passaram a inspirar os currículos das demais instituições de ensino que ofereciam a habilitação.

A década de 1990 foi marcada por uma política de incentivo ao desenvolvimento do turismo, enfatizando a regionalização, por meio do programa de municipalização do turismo que, aliada a uma política de abertura da economia, teve como consequência paralela o crescimento da abertura de novos cursos em todo o país. No campo da educação o governo de inspiração neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002)promoveu o re-direcionamento das políticas de ensino, alterando formas e mecanismos de gestão, tendo ainda aprovado a LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que incorporou parte dos debates ocorridos na década de 1980. A LDB deve ser vista em sua relação com o processo de reforma do Estado promovida na década de 1990, em decorrência das influências da Constituição Federal aprovada em 1988, que criou um conjunto de dispositivos referentes à educação que resultou, entre outros, na edição de leis e decretos como a Lei nº 9.131/95, que regulamentou o Conselho Nacional de Educação e instituiu avaliações periódicas nas instituições e nos cursos superiores, resultando, desde a edição da Portaria nº 249/96 do MEC, nos Exames Nacionais de Cursos os quais ficaram conhecidos como Provão; e o Decreto nº 2.026/96, definindo os procedimentos para avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos (DOURADO, 2002).

Paralelamente a crescente estabilização da economia na década de 1990, provocou uma intensificação da demanda por produtos relacionados ao lazer e turismo, dando margem para o aparecimento de novas habilitações para suprir essas necessidades nas áreas de hotelaria, gastronomia e entretenimento de forma geral. A consequência foi o crescimento desenfreado da oferta de cursos de Turismo e Hotelaria, sem que houvesse uma massa crítica suficiente que oferecesse apoio a consolidação dessa expansão do setor, o que comprometeu a formação profissional (ANSARAH, 2002; MATIAS, 2002)

A super oferta de vagas de cursos superiores nessas áreas resultou em um grande contingente de profissionais formados sem que houvesse uma oferta correspondente no mercado de trabalho. Isso resultou em uma queda na procura por cursos superiores de modo geral, resultando em uma acirrada disputa no mercado de educação, forçando as instituições privadas a uma redução na oferta de vagas. A política econômica recessiva imposta pelo Governo Luiz

Inácio Lula da Silva agravou ainda mais esse quadro. Pesquisa realizada por Lahr, 2004⁴, com cursos de formação para hotelaria, indica que muitos postos de trabalho oferecem salário inferior ao custo das mensalidades pagas pelos alunos. Percebe-se que a política educacional executada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, pelo ministro Paulo Renato de Souza, resultou na implementação no mercado de educação de uma política neoliberal, ficando a cargo do mercado a determinação da sobrevivência dos cursos. Dados do MEC indicam que atualmente 70% das vagas oferecidas em nível superior são de IES privadas, sendo que nem sempre a qualidade do ensino é levada em consideração nessas instituições (MEC, 2005)⁵.

No período do governo Luiz Inácio Lula da Silva 2002-2006, foi proposta nova reforma universitária pelo ministro Tarso Genro, que divulgou o texto em dezembro de 2004, fixando um prazo para a manifestação da sociedade até 15 de fevereiro de 2005. Percebe-se que essa proposta tinha o propósito de restabelecer o papel do Estado como mantenedor das Instituições Federais de Ensino Superior e se direcionava para o fortalecimento das universidades públicas. Embora a mesma ainda se encontre em discussão em 2006, muitas ações podem ser observadas por meio das medidas implementadas por instrumentos paralelos, o que permitem afirmar que o ensino superior privado continuará a ser um dos pilares principais da educação superior, ainda que sejam implementadas medidas que fortaleçam as universidades públicas. Exemplo disso é o Prouni⁶, que promove a inclusão nas universidades privadas de alunos de baixa renda, e que precisa ter seu desempenho avaliado para que se possa afirmar da efetividade de seus resultados. O tempo ainda não é suficiente para permitir uma avaliação.

O estabelecimento do currículo dos cursos de turismo

Retomando a questão específica dos cursos de turismo e a evolução de sua configuração ao longo do tempo, Margoni, 2006, registra que, em 29 de janeiro de 1971, uma resolução s/nº do MEC fixou o conteúdo mínimo do curso. Esse conteúdo permaneceu até 1981, quando os bacharéis formados nos cursos de turismo, reunidos durante o Encontro Nacional dos Bacharéis em Turismo (ENBETUR), em Porto Alegre, criaram uma Comissão de Currículos e Programas, com o objetivo de discutir a questão da estrutura dos cursos de turismo. Trata-se de um momento emblemático na análise da evolução dos cursos, pois representa a articulação

⁴ Maria Cristina Lahr

⁵ dados retirados do site www.portal.mec.gov.br/reformauniversitaria, acessado em janeiro de 2006.

⁶ Programa Universidade para todos do Governo Federal que oferece vagas aos alunos de escolas públicas que obtenham boas notas no Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM, para que estudem em universidades particulares. Em troca essas instituições são beneficiadas com isenção de impostos.

dos próprios bacharéis que buscam refletir sobre as necessidades específicas de sua área de atuação. Esse histórico, bem como os conteúdos dos currículos se encontram em Matias, 2002, que registra a participação nessa discussão da EMBRATUR, então Empresa Brasileira de Turismo, que definia os rumos da atividade turística no país à época do Regime Militar. A discussão do currículo realizada em 1981 contou, por meio da intermediação da EMBRATUR, com a colaboração de empresários que atuavam no setor e colaboraram com sugestões referentes ao formato dos cursos. Isso resultou em um currículo que incluía matérias básicas e profissionais com forte apelo a disciplinas ligadas ao desenvolvimento econômico do setor. Com isso, os cursos passam a se aproximar ainda mais da área de Administração, tratando o turismo prioritariamente como fator de desenvolvimento econômico, em um forte apelo ao conceito da Indústria do Turismo, sem ênfase em uma reflexão sobre as conseqüências da atividade e suas implicações sócio-antropológicas, psicológicas e ambientais.

Conforme Barbosa, 2005, p.29

Até 1980, portanto, foi muito tímido o desenvolvimento da formação em turismo e hospitalidade no Brasil, principalmente se comparado a outros países da Europa ou América do Norte. Pode-se supor de que o fato do lento desenvolvimento do turismo no Brasil, não pode ser atribuído apenas às causas econômicas e sociais, mas também às inúmeras crises políticas e ambientais que depreciaram nossa imagem no exterior. Com um quadro político-econômico-social delicado, o Brasil teve sua imagem prejudicada frente à comunidade internacional, fato que interferiu diretamente no turismo, pois as pessoas não esperam encontrar problemas em suas viagens de férias ou mesmo de negócios.

Seguiram-se novos debates nos encontros seguintes realizados pelos Bacharéis, o que resultou, em 1995, na elaboração, por parte da Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo (ABBTUR), de novo currículo mínimo, com matérias e disciplinas diversificadas, partindo de um tronco comum (MATIAS, 2002; MARGONI, 2006). Ainda segundo as mesmas fontes, em 1995, a Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria (ABDETH) promoveu discussões para revisar o currículo mínimo de turismo, promovendo, em conjunto com a ABBTUR, uma discussão em nível nacional, e encaminhando nova proposta de currículo, em 1996, para a Superintendência de Educação Superior do Ministério da Educação e Desporto (SeSu – MEC), que passou a avaliar os cursos superiores oferecidos por meio de Comissões de Especialistas indicados pela da SeSu/MEC, no período de 1997 a 2001. A área de Computação e Informática foi a pioneira na introdução desse tipo de avaliação.

Segundo Ansarah, 2002 e Margoni, 2006, as avaliações dos cursos de turismo realizadas pelo MEC estavam subordinadas a Comissão de Especialistas de Administração, que não possuía representantes da área de turismo. Apenas em 1996 foi incluído no conselho um bacharel em

turismo, no caso o Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo. Assim, as novas diretrizes curriculares propostas para os cursos de turismo, em 1998, contaram com a colaboração de bacharéis de turismo integrados em carreiras universitárias.

Isso resultou, em 2000, na formação de uma Comissão de Especialistas em Turismo, que elaborou o Manual de Orientação para Avaliação “in loco” das Condições de Reconhecimento dos Cursos de Turismo e Hotelaria, em 2001. Segundo Ansarah (2002), os cursos superiores de turismo no Brasil passaram por um longo caminho burocrático no MEC, buscando sua consolidação como área autônoma, definindo padrões próprios, distintos da Administração.

Avaliação dos cursos de turismo

Embora, conforme foi descrito no tópico anterior, tenha havido um movimento de emancipação dos cursos de turismo, observa-se que essa autonomia não se consolidou, pois os cursos atualmente voltaram a ser avaliados pelas comissões de administração, tendo sido desativada a comissão de turismo. Paradoxalmente, os profissionais de turismo não possuem direito ao registro como profissionais de administração, nem possuem direito a registro como profissionais de turismo, o que constitui uma luta constante por parte dos bacharéis em busca do seu reconhecimento.

Com o Decreto 3.860/2001, do presidente Fernando Henrique Cardoso, e o Parecer CNE/CES nº1.366/2001, as Comissões de Especialistas foram extintas, passando as avaliações de cursos a serem de responsabilidade do INEP, que centralizou o processo alterando o sistema de avaliação, atendendo a uma exigência das mantenedoras, que reclamavam das exigências de algumas comissões. O INEP, para atender os reclames das mantenedoras, criou um instrumento único de avaliação para medir a qualidade dos cursos. Com isso, desenvolveu-se uma base comum de critérios de avaliação, os quais são aplicados a todos os cursos.

As críticas que se fazem aos novos critérios se referem à sua base essencialmente cartesiana, que leva os avaliadores a fornecerem informações ao computador, o qual se encarrega de processar os resultados sem que os critérios estejam claros para a sociedade. A avaliação desconsidera a especificidade dos cursos e gera distorções conforme seja o perfil específico de cada área de formação.

Atualmente, a avaliação dos cursos superiores, segundo a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), do MEC/INEP. Essa avaliação engloba três componentes: as instituições, os cursos e o desempenho dos alunos. A idéia é que essas avaliações gerem um panorama da situação dos cursos e das instituições de ensino superior do país.

A qualidade dos cursos é avaliada por meio do ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes que, em 2006, incluirá entre os cursos a serem avaliados o Turismo.

Com o Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006 e a PORTARIA No-1.027, de 15 de maio de 2006, foram introduzidas mudanças que fazem com que o SINAES passasse a dispor de um banco de avaliadores com o objetivo de aumentar a participação da comunidade acadêmica no acompanhamento dos processos de avaliação das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.

Para tanto, está prevista a formação de comissões de avaliação *in loco* constituídas por avaliadores cadastrados no banco de avaliadores do SINAES - BASis, sob a gestão do INEP, devendo, entre outros critérios, observar o disposto no Art. 8 abaixo:

Art. 8º As comissões de avaliação in loco de cursos de graduação serão compostas de acordo com os seguintes critérios:

I - cursos com até duas habilitações: dois avaliadores;

II - cursos com três habilitações: dois ou três avaliadores;

III - cursos com quatro habilitações: três ou quatro avaliadores;

IV - cursos com cinco ou mais habilitações: de três a oito avaliadores.

§ 1º As comissões para avaliação dos cursos de graduação deverão priorizar a experiência profissional em ensino, pesquisa ou extensão, e contar com pelo menos um avaliador da área do curso avaliado.(grifo nosso)

§ 2º Para a avaliação de cursos de graduação de universidades, todos os avaliadores devem ser oriundos de universidades.

Com essa regulamentação abre-se novamente uma brecha para que os cursos de turismo voltem a contar com a participação de um avaliador da área do curso, o que poderá vir a auxiliar a retomada do processo de consolidação do turismo como área autônoma.

Rumo à globalização

Enquanto a reforma do ensino superior no Brasil, proposta pelo Governo Luis Inácio Lula da Silva, não se consolida, as instituições de ensino superior privadas iniciam um novo caminho rumo à globalização da educação na esteira do preconizado por organismos internacionais como o Banco Mundial. Nessa empreitada temos novamente como pioneira a Universidade Anhembi Morumbi de São Paulo, que passou, em dezembro de 2005, o controle de 51% da universidade para o grupo educacional norte-americano Laureate Education Inc., que vem efetuando aquisições em todo o mundo e pretende ampliar sua participação na América Latina

e na Ásia. A idéia é que os alunos brasileiros possam estudar no exterior e vice-versa, o que requer uma certa correspondência nas grades curriculares existentes entre as instituições que integram a rede, o que irá afetar diretamente a formatação de currículos e conteúdos. Entre as possibilidades de intercâmbio de alunos e programas que foram divulgados pelo grupo, a Anhembi Morumbi poderia estabelecer parceria com o Kendall College, instituição de ensino de propriedade da Laureate com forte atuação em turismo e hotelaria, que como já vimos é um dos cursos tradicionais da instituição brasileira⁷.

Reformas no ensino superior tem sido tema de debate em todo o mundo a partir da década de 1990 com a expansão do capitalismo financeiro e com a introdução de uma visão que considera a educação como um serviço a ser prestado à sociedade e não como um bem público que deve ser assegurado pelo Estado. Nos países em que existe carência de ensino superior ofertado pelo Estado a resposta é o fortalecimento do ensino privado, o que foi incentivado como já mencionado por organismos como Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e a Unesco. O que se pretende é a construção de uma autonomia autofinanciável no campo do ensino superior em moldes do que ocorre nos Estados Unidos. Trata-se de uma questão bastante delicada se consideramos a diferença da realidade existente nos países envolvidos. O modelo norte americano se baseia em universidades direcionadas para a pesquisa e outras para o ensino profissionalizante, ambos sustentados em parceria pelo mercado, fundações e verbas públicas, havendo forte participação do governo federal no financiamento de pesquisa. Não é esse o caso das instituições particulares de ensino que existem no Brasil que, embora regulamentadas pelo governo federal, não contam com apoio para a realização de pesquisa, enquanto que o ensino superior público é altamente deficiente para atender a demanda do país.

Para Boaventura de Souza Santos⁸, estamos assistindo a uma investida do capitalismo mundial no campo da educação com a aplicação do princípio de que tudo se regula melhor quando organizado como mercado. Nesse processo, está envolvida uma mudança que inclui a criação de empresas de serviços de professores, empresas de produção de materiais e textos e de empresas de avaliação dos alunos e de certificação. Possivelmente, irá evoluir para a promoção do acesso ao conhecimento por meio de bancos de dados patenteados e sujeitos ao pagamento de royalties. Parte dessas considerações será sem dúvida verdadeira se persistir o profundo comprometimento das instituições particulares de ensino com a idéia de da

⁷ Ver: Laureate cresce no Brasil e nas Américas/Robson Bertolino/Gabriel Attuy- disponível em http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_chfje.html. Acesso 27/05/2006

⁸ Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/2004/09/03.shtml> Acesso em 20/05/2006.

educação como negócio, colocando em primeiro lugar aspectos comerciais e os fins lucrativos do empreendimento. Torna-se imperativo o resgate do sentido público do sistema de ensino superior, como um todo, que é, por definição, um bem público.

Bibliografia

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2002.

ANSARAH, Marília, REJOWSKI, Miriam. **Panorama do ensino em turismo no Brasil. Graduação e Pós Graduação**. Turismo em análise. São Paulo: CRP/ECA/USP, v.7 n.1 maio 1996, p.36-61.

BARBOSA, Claudia Ricciuti. **A introdução da hospitalidade nos cursos de hotelaria em São Paulo**. São Paulo: UAM, 2005. (Dissertação de mestrado).

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, J.C. **A comparabilidade dos sistemas de ensino**. In: DENCKER, Ada de F.M. **Pesquisa e interdisciplinaridade no ensino superior: uma experiência no curso de turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90**. Educ. Soc. v.23 n.80. Campinas: sep. 2002® (download em PDF).

DURAND, José Carlos Garcia (org) **Educação e hegemonia de classe**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CATALANO, Fuentes (org). **Lei de diretrizes e bases da educação: 9.394 de 20/12/96**. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução**. 2ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

MATIAS, Marlene. **Turismo: formação e profissionalização – 30 anos de história**. São Paulo: Manole, 2002.

MARGONI, Catherine Cavalcanti. **Docentes em turismo e Projetos interdisciplinares**. São Paulo: UAM, 2006 (Dissertação de Mestrado).

MELO, José Marques de. **Poder, Universidade e Escolas de Comunicação**. In: MELO, José Marques de; FADUL, Anamaria, SILVA; Carlos Eduardo (Orgs) **Ideologia e Poder no ensino de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 1979.



NASCIMENTO, René Correa do. **Visão estrutural da evolução dos cursos superiores de turismo: a realidade atual.** São Paulo: ECA/USP, 2002. (Dissertação de mestrado).

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete S. B. (Orgs.). **Currículo e formação profissional nos cursos de turismo.** Campinas: Papirus, 2002. (Coleção Turismo).

RODRIGUES, Gabriel Mário. **Se não foi a primeira, não foi a segunda** São Paulo: Anhembi, 2005

REJOWSKI, Míriam. **Turismo e pesquisa científica.** Campinas: Papirus, 1996. (Coleção Turismo).

SANTOS, Boaventura de Sousa .**O capitalismo universitário.** Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/2004/09/03.shtml> (acesso em 20/02/2006).

SOUZA, Paulo N. Pereira de. **LDB e ensino superior: (estrutura e funcionamento).** São Paulo: Pioneira, 1997.

TRIGO, Luiz Gonzaga G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo.** 1ªed., Campinas: Papirus, 1998. – (Coleção Turismo).